



Presidenciável volta a equiparar Lula e Bolsonaro e critica a “adesão vexaminosa e corrupta” ao grupo de apoio ao governo no Congresso. Ele promete adotar plebiscito para governar e defende projeto de renda mínima

Ciro ataca Centrão e “polarização odienta”

» RAPHAEL FELICE
» VÍCTOR CORREIA

Candidato do PDT ao Palácio do Planalto, o ex-governador **Ciro Gomes** criticou o que chamou de “polarização odienta” entre o ex-presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** (PT) e o presidente **Jair Bolsonaro** (PL), líderes das pesquisas de intenção de voto para outubro, e voltou a equiparar os governos dos dois rivais.

“Estou tentando mostrar ao povo brasileiro que essa polarização odienta, que não ajudei a construir, pelo contrário, eu estava lá em 2018, tentando advertir que as pessoas não podiam usar a promessa enganosa do Bolsonaro para repudiar a corrupção generalizada e o colapso econômico gravíssimo que foram produzidos pelo PT. Agora, está tentando reproduzir uma espécie de 2018”, afirmou **Ciro**, ontem, na sabatina do *Jornal Nacional*.

Na entrevista, o presidenciável se referiu a Bolsonaro como “genocida” e usou frases como “roubalheira do Lula e do PT”, mas em tom mais ameno e com menos frequência do que costuma fazer. Entretanto, afirmou que a corrupção é “feita por pessoas” e que é preciso apontá-las.

“Pretendo unir o Brasil ao redor de um projeto e tenho o diagnóstico que o país vive a mais grave crise, no que diz respeito à fome e ao emprego. Trinta e três milhões de pessoas estão com fome e 120 milhões não fizeram as três refeições hoje. Determinados grupos políticos são responsáveis por essa tragédia”, enfatizou. “Acho, francamente, que a maior ameaça à democracia é o fracasso dela na vida do povo, mas vou me esforçar para unir e reconciliar o Brasil.”

O ex-governador prometeu, se eleito, alterar o modelo político do Brasil com a adoção de plebiscitos programáticos para definir os projetos de suma importância para o país. Na avaliação de **Ciro Gomes**, a medida será um mecanismo eficaz para driblar o fisiologismo do Centrão no Congresso. Ele frisou que, desde a redemocratização, todos os presidentes precisaram se aliar ao grupo político, o que acabou resultando

Reprodução/Rede Globo



Na entrevista, o presidenciável chamou Bolsonaro de genocida e usou frases como “roubalheira do Lula e do PT”

em corrupção e ineficiência.

“É o que se convencionou chamar de presidencialismo de coalizão ou essa adesão vexaminosa e corrupta ao Centrão. Eu quero propor as ideias, e não o ‘deixa que eu chuto’, que tem sido a característica do populismo dos dois lados, de esquerda e direita”, destacou.

Ciro também acusou o PT de reproduzir modelos de gestão “abomináveis” como os da Venezuela e da Nicarágua. “Acho o regime da Venezuela abominável, então é muito clara a minha distinção com esse populismo sul-americano que, infelizmente, o PT replica aqui”, disse. “(O plebiscito) É uma tentativa de libertar o Brasil de uma crise que corrompeu organicamente a Presidência da República. (...) Nós chegamos ao limite da emenda de relator, que é um negócio que formalizou.... Eu vi ontem (segunda-feira) o cidadão

(Bolsonaro) aqui falando que não tem corrupção. A corrupção no Brasil está se institucionalizando tal é o despudor”, acrescentou.

Assistência social

Um dos pontos principais do projeto de governo de **Ciro** é o auxílio permanente de R\$ 1 mil para famílias em situação de vulnerabilidade. Perguntado sobre os meios para tirar o programa do papel, o presidenciável afirmou que vai unir outros benefícios sociais e criar um imposto incidente sobre fortunas superiores a R\$ 20 milhões. O projeto receberia o nome do vereador **Eduardo Suplicy** (PT), autor da ideia.

“Só 58 mil brasileiros têm um patrimônio superior a R\$ 20 milhões, o que quer dizer o seguinte: cada super-rico no Brasil vai ajudar a financiar, com R\$ 0,50 apenas de cada R\$ 100 de sua fortuna a sobrevivência digna de

821 brasileiros abaixo da linha da pobreza. Aqueles domicílios que as pessoas ganham aproximadamente R\$ 417 por cabeça por mês”, explicou.

O candidato disse que reunirá todos os programas de transferência de renda, especialmente o novo Bolsa Família, que é o Auxílio Brasil, e transformará num direito previdenciário constitucional. “Ninguém mais vai depender de político A ou político B, como está acontecendo. Ameaças e tentativas de manipular o sofrimento mais humilhado do nosso povo”, criticou.

Reeleição

O postulante ao Planalto também comentou a respeito de ser contra a reeleição. Sustentou que o mecanismo foi o que destruiu o modelo de governança política que ele quer alterar. “O presidente fica com medo dos conflitos,

porque quer agradar todo mundo para fazer a reeleição. O presidente se vende a esses grupos picaretas da política brasileira — desculpe a expressão —, de pouco escrúpulo republicano, porque tem medo de CPI (comissão parlamentar de inquérito) e porque quer se reeleger”, disse **Ciro Gomes**.

“A minha diferença é que o Bolsonaro, por exemplo, denunciou isso, e fez o oposto do que denunciou. A minha diferença é que o PT fez o tempo inteiro a denúncia da corrupção dos outros e depois negociou exatamente nas mesmas bases. Eu estou anunciando humildemente que quem quer que o povo eleja, é com eles que eu vou negociar”, prometeu.

Outros temas abordados durante a entrevista foram as propostas para o meio ambiente, emergência climática, segurança pública e educação.

Memória

Como foi em 2018

A sabatina de ontem não foi a primeira do presidenciável **Ciro Gomes** (PDT) no *Jornal Nacional*. Em 2018, quando também concorreu ao Palácio do Planalto, ele foi o primeiro entrevistado do telejornal.

Na ocasião, a sabatina tinha duração de 27 minutos, e **Ciro** ressaltou suas propostas, como a promessa de tirar o nome de endividados do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

O ex-governador destacou que a dívida média dos cerca de 63 milhões de pessoas com o nome sujo em 2018 era de cerca de R\$ 4 mil. Com o desconto concedido pelos bancos, usado em renegociações desse tipo, o valor cairia, em média, para R\$ 1.200.

Retirando as taxas de até 500% cobradas pelos bancos, financiada a juros de até 8% ao ano com a participação de bancos públicos, **Ciro** afirmou que os negativados pagariam parcelas de R\$ 40 por mês para limpar o nome.

Ele também falou sobre o ex-presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** (PT). Ao contrário do que declara atualmente, disse que o petista tinha sido um bom presidente e que a população sabia disso.

Na época, **Lula** havia sido preso pela Polícia Federal sob acusação de corrupção e lavagem de dinheiro. O pedetista ressaltou aos apresentadores que não poderia comemorar o fato de que “o maior líder popular do país” tinha sido encarcerado.

“A população mais pobre sentiu na pele as consequências de um bom governo”, sustentou o candidato.

Especialistas cautelosos sobre propostas

Na avaliação de especialistas, o presidenciável do PDT, **Ciro Gomes**, adotou um tom moderado, na entrevista ao *Jornal Nacional*, que foge aos seus padrões, assim como fez o presidente **Jair Bolsonaro** (PL) na sabatina de segunda-feira também no telejornal.

Para o cientista político **André Rosa**, **Ciro** está em uma situação difícil agora. Consideravelmente atrás dos dois líderes — aparece em terceiro lugar nas pesquisas, com 7% das intenções de voto —, ele tem como única opção continuar nos ataques aos rivais para tentar crescer. Porém, na visão do especialista, o maior desafio do pedetista não é a sua estratégia, mas, sim, a presença do ex-presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** no páreo.

Já em relação às propostas concretas do programa de **Ciro**, o cientista político ressaltou que

o eleitor brasileiro não costuma ser pautado tanto pelas medidas a serem tomadas em um próximo governo, mas pela identificação com a figura de quem está concorrendo.

“O eleitor não se guia por propostas. Senão, bastaria uma proposta mirabolante para virar uma campanha”, disse **André Rosa**, que também viu a moderação de **Ciro** na entrevista como um sinal de “falta de direcionamento político” por parte de sua equipe.

Na análise de **Publio Madruga**, sócio da Distrito Relações Governamentais, o candidato poderia focar em pautas mais próximas e de maior entendimento da população, como o auxílio para pessoas em situação de vulnerabilidade. “Ele tem um assunto que está em voga, que é um auxílio de R\$ 1 mil, que foi um ponto positivo. Acabou mudando de assunto muito rápido.

Deveria continuar com isso, até por conta da questão eleitoral de Bolsonaro, tem o Lula que diz que o projeto é do PT. E é um tema que as pessoas entendem mais facilmente. Mas ele teve dificuldade de se conectar com o eleitor, passou a falar rebuscado e jogar muita informação, o que gera uma dispersão no eleitor.”

O especialista disse ainda que **Ciro** foi bem em termos de empatia, pois, diferentemente de outras aparições públicas, não demonstrou agressividade. “Estava à vontade e de bom humor, muito diferente do **Ciro Gomes** com aspecto mais encrenqueiro que ele costuma ser. Falou algumas coisas de **Lula** e **Bolsonaro**, mas dentro do que estava dizendo e de forma muito tranquila. Isso faz muita diferença”, avaliou. “No geral, acho que ele foi muito bem e é capaz de ganhar alguns votos.”

O professor de ciência política **Valdir Pucci** classificou a sabatina como positiva de maneira geral, mas alertou que o presidenciável não explicou como pretendia convencer o Parlamento a apoiar os projetos de seu governo.

“Ele propôs uma espécie de pacto nacional. Por exemplo, disse que convenceria o Congresso a apoiar as medidas dele, como taxaço de grandes fortunas. Entretanto, esse processo de convencimento do Congresso não ficou claro. Ou seja, ele apenas usou a retórica de que a proposta é boa e, por isso, deve ser seguida pelo Congresso. Nós já sabemos que no Brasil isso não funciona tão linearmente, não basta apenas que possa ser boa para haver o convencimento dos parlamentares.”

Pucci também manifestou preocupação com a ideia de **Ciro** sobre estabelecer plebiscitos

TV Globo/Divulgação



Ciro Gomes foi o segundo presidenciável entrevistado pelo *JN*

programáticos, caso o Congresso não compre o projeto defendido pelo governo.

“Preocupa-me a possibilidade que ele cita de, caso o Congresso não o apoie em algum projeto, recorrer a plebiscitos. Os plebiscitos não são usados dessa forma, não são usados para dirimir

conflitos entre o Executivo e o Legislativo”, destacou. “Estados Unidos e Europa não utilizam plebiscito como forma de dirimir conflitos entre os poderes, mas, sim, para ouvir a população. Depois, o próprio Congresso toma as decisões”, acrescentou. (RF e VC)